

Dívida e pobreza

VAI POR ÁGUA ABAIXO A TENTATIVA DE DISSOCIAR O PT DA PROPOSTA DE CALOTE

*Rogério L. Furquim Werneck**

Até há poucas semanas, a proposta de promover plebiscito questionando o pagamento da dívida pública e da dívida externa parecia só mais uma lamentável iniciativa dos segmentos mais obscurantistas e radicais da esquerda. Quando a idéia do plebiscito veio a público, alguns membros mais ponderados do PT não conseguiram esconder constrangimento diante do respaldo dado pelo partido à iniciativa. Recentemente, contudo, no calor da campanha para as eleições municipais, mesmo este resquício de ponderação parece ter desaparecido. O plebiscito passou a ser defendido até por economistas – e professores universitários – tidos como expoentes da ala menos radical do PT. Parece estar indo por água abaixo a tímida, ainda que inteligente, tentativa dos membros mais lúcidos do partido de dissociar a plataforma do PT, na eleição de 2002, da idéia de uma grande descontinuidade, marcada pela moratória de todas as dívidas, como insiste em defender o baixo clero.

Deixando de lado motivações puramente demagógicas, que sem dúvida estão envolvidas na proposta do plebiscito, o apoio que a iniciativa vem recebendo da parcela mais bem intencionada da esquerda parece advir da percepção de que a moratória é forma eficaz de melhorar as condições de vida das classes menos favorecidas. É mais do que defensável, ao se tentar analisar o melhor curso a seguir na condução de políticas públicas, perguntar o que seria preferível do ponto de vista dos segmentos mais pobres da população. E nesta questão, em especial, parece fazer todo sentido indagar se a moratória realmente vai ao encontro dos interesses dos menos favorecidos neste País.

À primeira vista poderia parecer que sim. A aritmética que vem sendo brandida é simples e atraente, ainda que um tanto míope. Se a dívida líquida do setor público corresponde a quase 50% do PIB e sobre ela incide uma taxa real de juros média da ordem de 8% ao ano, uma suspensão do pagamento de juros daria aos três níveis de governo um montante adicional de recursos para financiamento de dispêndios com programas sociais da ordem de 4% do PIB. Por outro lado, a se julgar pelo primeiro semestre, o pagamento líquido de juros sobre a dívida externa poderá atingir cerca de US\$ 16 bilhões este ano. Se tal pagamento fosse interrompido, haveria um grande alívio nas contas externas, abrindo espaço para uma expansão mais rápida da economia e das oportunidades de emprego.

Tão atraentes parecem tais contas, que talvez seja o caso de perguntar porque muitos outros países similares ao Brasil não têm atinado para solução tão simples, capaz de, ao mesmo tempo, propiciar tamanho alívio, tanto nas contas públicas como nas contas externas. Porque só a esquerda brasileira conseguiu ser tão brilhante e conceber uma iniciativa tão engenhosa que outros países cegamente não conseguem vislumbrar?

A moratória perde toda a atração quando seus reais desdobramentos são devidamente percebidos, em toda a sua extensão. Para começar, é totalmente romântica e desinformada a idéia de que há nos países industrializados grande simpatia pelo perdão da dívida externa brasileira. O que há, em alguns organismos multilaterais, é preocupação com o peso da dívida externa nos países mais pobres do mundo, lista a que o Brasil nem de longe pode aspirar a pertencer. Muito apropriadamente, o Brasil é percebido no exterior como um país emergente, com renda por habitante classificada como de nível médio e com grande potencialidade de crescimento, que não tem porque fazer jus ao perdão de dívida externa que vem sendo aventado para países africanos e asiáticos incomparavelmente mais pobres. Por mais que se resista à idéia, é preciso entender que, nesta escala, o Brasil não é em absoluto um país pobre. Como já foi sobejamente assinalado, não passa de um país injusto. Assim, uma suspensão do pagamento de juros sobre a dívida externa geraria as piores reações. Estaria imediatamente fechado o acesso da economia brasileira ao crédito internacional e desencadeado um avassalador movimento de fuga de capitais. Feitas as contas, o custo do alívio de US\$ 16 bilhões de pagamento de juros sobre a dívida externa fica totalmente proibitivo.

Naturalmente, se a isto se adiciona uma moratória das dívidas dos três níveis de governo, o circo de horrores fica completo. Quebra-se o sistema financeiro, inviabilizam-se os fundos de pensão e desintegra-se boa parte das aplicações financeiras das empresas e das famílias. Dissemina-se a desconfiança nos contratos, não só com o setor público, mas no âmbito do próprio setor privado. Desorganizam-se as relações mercantis dentro do setor produtivo. Deflagra-se brutal desintermediação financeira e intensifica-se em muito a fuga de capitais, de resto já induzida pela moratória da dívida externa. Neste cenário, só há espaço para que as taxas de juros e a taxa de câmbio disparem para níveis inimagináveis. Qualquer perspectiva de crescimento desaparece de cena e, ao contrário, instala-se um quadro fortemente recessivo. O que leva a uma queda da receita do governo que, tendo aberto mão da possibilidade de emitir dívida pública, interna ou externa, perde acesso a formas não inflacionárias de financiamento do déficit fiscal.

É difícil perceber de que forma tal pesadelo pode convir aos reais interesses dos segmentos mais pobres da população brasileira. Especialmente agora, quando a taxa real básica de juros pôde afinal ser reduzida a um percentual de um dígito e a economia dá sinais de estar retomando vigorosamente o crescimento, e iniciando o que pode vir a ser um novo período prolongado de rápida expansão do produto e do emprego. O que é mais lamentável é que esta iniciativa tão canhestra de questionar o pagamento da dívida pública e da dívida externa, concebida nos segmentos intelectualmente mais rudimentares da esquerda, esteja agora sendo endossada pelo que, bem ou mal, constitui a nata dos economistas do PT. O melhor que se consegue ouvir é o argumento esfarrapado de que, embora o PT esteja patrocinando um plebiscito que indaga se as dívidas devem ser pagas, isto não significa que o partido seja a favor do calote. Mais uma vez, as tímidas vozes favoráveis a um pouco de mais de ponderação, na discussão da política econômica dentro do PT, parecem ter sido tragadas pelo discurso primitivo e inconseqüente do qual o partido não consegue se livrar.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.